

A ameaça de Lula

Lula, do PT, como candidato a presidente da República nas eleições presidenciais de 1994, transformou-se em fonte de inquietação para os diversos políticos conservadores do País. O deputado Delfim Netto, no entanto, acha que, se tiver de ser Lula o presidente da República, que o seja. Delfim defende o ponto de vista de que, na hipótese de Paulo Maluf, abandonando seus compromissos de campanha, resolver deixar a prefeitura de São Paulo para concorrer às eleições presidenciais de 1994, poderá ser triturado pelo seu adversário do PT. O recomendável, de acordo com seu juízo, seria que Maluf permanecesse como prefeito durante os quatro anos de seu mandato, realizando nesse período uma administração exemplar. Ao mesmo tempo, prepararia as condições políticas para lançar a candidatura do médico Adib Jatene ao Governo de São Paulo. Argumenta Delfim que Maluf é muito moço e pode aguardar a sucessão posterior à de 1994 para se candidatar à Presidência da República. Difícil vai ser segurar Maluf.

A perspectiva da vitória de Lula em 1994 faz com que vá-

rios grupos conservadores optem pelo parlamentarismo como solução para evitar a ascensão do PT ao poder federal. No entanto, grupos políticos e militares conservadores vêm com reserva a introdução do parlamentarismo no Brasil, sem seus pressupostos naturais, como lei partidária e eleitoral e a criação de uma burocracia estável. Delfim Netto previne, desde já, que não embarcará no parlamentarismo se ao novo regime não forem antecipadamente oferecidos os instrumentos de eficiência que ele exige para que possa produzir os resultados desejados. Há o receio de que, na campanha do plebiscito, os defensores do parlamentarismo venham a vender o novo regime como uma solução milagrosa, causando nova e decepcionante frustração ao povo brasileiro, com o risco de comprometer a própria credibilidade das instituições democráticas. Lembra-se ainda que a experiência frustrante do parlamentarismo em 1961 constituiu-se em fator de aceleração da crise política que iria desaguar em 1964, com a eliminação das conquistas democráticas contidas na Constituição de 1946.